

Documentos

Exames nos arquivos dos mosteiros e das repartições públicas para coleção de documentos históricos relativos ao Maranhão

Antônio Gonçalves Dias

Nota da Redação — A partir deste número iniciamos a publicação de documentos que interessam à história das bibliotecas e da Biblioteconomia no Brasil. Alguns desses documentos serão inéditos e outros, como o que ora publicamos, poderão já ter sido publicados, mas, no entanto, serem de difícil consulta atualmente. Este relatório de Antônio Gonçalves Dias foi publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* (3.^a série) 16 (11) :370-384, 3.^o trim. 1853.

As ordens religiosas que se estabeleceram no Brasil durante os primeiros séculos da descoberta formaram logo bibliotecas. Essas bibliotecas foram as primeiras que houve na Colônia. Já em meados do século XVII, algumas eram consideráveis, tendo-se em vista a época e o lugar. Os jesuítas mantinham as maiores, chegaram a possuir nos seus colégios do Pará e Maranhão um acervo de uns 12 000 volumes. Mas, era em Salvador que ficava a maior de todas, com cerca de 15 000 volumes sobre os mais variados assuntos. Magnificamente instalada em sala especial, toda decorada e com um teto alegoricamente pintado, é ainda hoje uma das jóias de arte barroca brasileira. As bibliotecas conventuais do período colonial não possuíam somente livros religiosos, mas sobre todos os assuntos, como dissemos, e eram franqueadas, a pedido, ao público.

Com a extinção da Companhia de Jesus, em 1759, as bibliotecas dos jesuítas foram confiscadas. Parte foi remetida para Portugal, parte ficou depositada em lugares impróprios, foi dilapidada e dispersada.

Em fins do século XVIII os conventos não representam mais o papel de únicos educandários no Brasil. As bibliotecas conventuais entram em decadência na maioria das ordens religiosas, na maior parte do território. (Cf. MORAES, Rubens Borba de. Livros e bibliotecas no Brasil colonial (1500-1808). *Revista Interamericana de Bibliografía* 22 (3) :227-241, jul./sept. 1972.)

O documento que se reimprime aqui dá uma idéia do estado em que se encontravam em meados do século passado as bibliotecas de São Luís do Maranhão.

Ilmo. e Exmo. Sr. — Por ofício de 18 de março do corrente ano dignou-se V. Ex.^a participar-me, que S.M. o Imperador houvera por bem incumbir-me o desempenho de duas importantes comissões nas províncias do

Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Alagoas. Era a primeira destas comissões coligir todos os documentos concernentes à história do País, que por ventura existissem nas bibliotecas e arquivos dos mosteiros e das repartições públicas; e a segunda examinar todos os liceus, colégios, escolas e quaisquer outros estabelecimentos destinados ao ensino e educação da mocidade.

Honrado com tal escolha e desconfiando somente que me faltasse, além de tempo, capacidade e paciência para desempenhar tão difícil tarefa, parti dessa corte no vapor *Baiana* alguns dias apenas depois de me ter sido entregue o ofício de V.Ex.^a. Como negócios reclamassem a minha presença nesta província, e era indiferente ao bom êxito de minha comissão começar por esta ou por outra localidade, das que me haviam sido apontadas no referido ofício, vim em direitura ao Maranhão.

Cheguei em má quadra: a febre chamada amarela se havia propagado nesta cãpital, precedida do terror, que em outras partes ocasionaram seus estragos. Sofrendo todos por si ou por suas famílias, ressentia-se e ainda agora em parte como que se ressen-te o serviço público dos vexames dos particulares; eu por este motivo, me achei por mais de uma vez embaraçado, faltando-me os esclarecimentos, de que necessitava, dos chefes das diferentes repartições. Quanto às escolas é claro que eu não poderia julgar conscienciosamente da regularidade de sua marcha em uma crise, como aquela, porque esta província ainda não acabou de passar. Mas, tratando agora de comissão relativa à coleção de documentos, que possam servir a nossa história, deixo de parte a instrução pública.

O Sr. Azeredo Coutinho, presidente da província, deu prontas providências para que se me aplanassem as dificuldades da minha árdua tarefa, e igual auxílio encontrei no seu sucessor o Dr. Eduardo Olímpio Machado. Aquele oficiara aos chefes das diferentes repartições, relação, biblioteca, autoridade eclesiástica, inspetoria da instrução, e outras, e com isto pude dar começo aos meus trabalhos.

Há nesta cidade, ou para melhor dizer, em toda a província, se excetuarmos Alcântara, os conventos de Santo Antônio, Mercês, Carmo e Recolhimento.

Quanto à parte literária, é o convento de Santo Antônio o que mais avulta, contendo uma biblioteca de quase 2 000 volumes; mas por negligência, acham-se muitos, quase todos, danificados a ponto de não poderem servir. Estão arrumados em sete ou oito estantes sem ordem alguma e colocados em uma sala incômoda para o estudo, por ser vivamente ferida pelo sol, sem uma mesa de estudo, sem uma cadeira, sem um castiçal, entre lanternas de varões quebrados e paramentos de igreja, que já para nenhum uso prestam. Insisto nestas particularidades, porque elas terão de me servir quando no relatório da instrução, tiver de ocupar a atenção de V. Ex.^a

com o ensino religioso, e com os estudos dos seminaristas. Pela consideração do que fala, conhecerá V. Ex.^a o que convirá que haja.

Não havendo um catálogo na biblioteca, tive de percorrer os volumes um por um, para que ao menos soubesse o que eles continham, e na esperança de encontrar entre eles livros dos que faltam nas nossas principais bibliotecas, ou algum manuscrito esquecido. Nada disso: são volumes de teologia casuística, de filosofia rançosa, que ao abrir-se pareciam estranhar e queixar-se da mão, que os importunava no descanso morto, em que jaziam. Por toda a literatura, o teatro de Voltaire e Metastásio e não sei se alguns volumes truncados das *Décadas* de Barros. Por toda a ciência, Montesquieu, envergonhado de se achar entre uma álgebra escrita em latim e as *Recreações Filosóficas* do padre Teodoro de Almeida. Dos Santos Padres apenas as obras de Santo Agostinho, e não sem dificuldade encontrei as de Santo Antônio, o padroeiro do convento.

De manuscritos, um registro do convento, que data de uma época muito próxima, um índice das matérias da Bíblia e um tratado de *Deo uno et trino*. Eis a livraria de Santo Antônio, que é a melhor de todas as de ordens religiosas no Maranhão.

Não deve porém recair a culpa sobre o atual guardião, que há bem pouco tempo começou a exercer este cargo. Estou que ele procurará melhorar a parte literária de seu convento, preparando o pasto espiritual de seus irmãos, e lembrado do versículo da Bíblia, que não é só de pão que o homem vive.

As Mercês tiveram em outro tempo uma grande e vasta livraria: lembram-se ainda algumas pessoas do tempo em que, freqüentando as escolas, lá iam com os seus companheiros gazer na livraria do convento, e por brinquedo se atiravam com os livros uns aos outros, sem que alguém interviesse para lhes por cobro. Estragaram-se ou desapareceram: os que restam cabem em três pequenas prateleiras, arrumados de topo, sem outra ordem mais que as teias de aranha que os ligam, e provam sobejamente o nenhum proveito, que deles se tira; uns estão sem princípio, outros sem fim e todos sem préstimo. Em Santo Antônio pude achar os registros das patentes, aqui nem isso: lá foi-me difícil deparar com as obras do orago do convento, aqui foi-me impossível deparar com uma Bíblia. Haverá breviários nas celas; mas em resumo e do que se vê, há em todo o convento um missal sobre o altar-mor.

A livraria de Santo Antônio carece de ser aumentada e melhorada, a das Mercês de ser refeita: a do Carmo carece de tudo, livros, estantes e local para eles, sendo que a do Carmo é de todas as religiões a única que se pode chamar, senão rica, ao menos abastada.

Desde logo voltou-se para outro lado a minha atenção. Fui sempre de parecer que o mais importante da história de um povo ou de um deter-

minado círculo, dos que seguem a civilização européia, se acha nos tribunais judiciários e nos cartórios dos seus escrivãos. Nos processos, principalmente nos políticos, propõem-se fatos com os seus efeitos, os homens com as suas paixões: não há incidente que se despreze, nem circunstância, que se deva omitir. Sendo isto para a maior parte das nossas províncias, deverá sê-lo, principalmente para o Maranhão. Logo do começo da colonização portuguesa, dois interesses distintos e contrários aqui se manifestaram, crescendo com o tempo e avultando com o encontro das pessoas que os advogavam. Eram estes dois princípios — a liberdade e a escravidão dos índios — representados um pelos colonos e o outro pelas ordens religiosas. Um personificou-se nos padres da companhia, o outro no senado da câmara. Eram a agricultura e a catequese tornadas contrárias. Confiadas a pessoas, que tinham interesses diferentes, estes dois princípios se contrariavam na prática. Uns queriam neófitos, outros trabalhadores. Sobrevindo a luta, e envenenados os ânimos, já de nenhum lado se souberam contentar com o que era justo e razoável.

Os Jesuítas, fazendo do que devera constituir uma república civil, uma corporação de noviços, tentaram segregar completamente os indígenas dos colonos europeus; enquanto os colonos, exagerando também os seus princípios, já não se contentavam com trabalhadores, queriam braços escravos. Os colonos eram os mais fortes, e por isso triunfaram. De concessões em concessões, já obrigados pela lei, já por condescendência para com a vontade armada do povo e para não perderem tudo, chegaram os jesuítas ao ponto de serem expulsos. Reintegrados por esforços de perseverança que caracterizou os membros desta ordem; mas sem abandonar, na prática, os seus princípios, foram de novo expulsos duas e três vezes. Daqui nasciam devassas, processos, informações, que se deveriam achar nos cartórios, se se não houvessem perdido; ou nos arquivos dos jesuítas, se os não houvessem aniquilado. Parte desses papéis acham-se registrados, ainda que com muita negligência e muitas lacunas, nos livros da câmara; mas o mais importante, ou perdeu-se para a história ou só é de ser encontrado nos arquivos, que foram do conselho ultramarino de Lisboa, e na biblioteca Vaticana, que salvou muitos dos papéis dos jesuítas, quando foi da extinção da ordem, e para onde, enquanto existiram remetiam as suas relações anuais.

Eis quanto pude coligir acerca do arquivo dos jesuítas no Maranhão. Em virtude de carta régia de 11 de junho de 1761, os seus papéis e livros foram confiados aos cuidados do bispo diocesano. Este destino tiveram também em Maranhão, mas com grandes extravios; acresce o estrago do tempo à negligência dos homens, e por tal forma que em 1831, fazendo-se um exame nesses papéis, por ordem do então presidente o Sr. Cândido José de Araújo Viana, cujo nome se acha ligado a não poucas tentativas de melhoramento e reformas nesta província, não se acharam senão mil volumes, e esses completamente destruídos. Revolvendo o arquivo da pre-

sidência, deparei com a informação que sobre isto deu o padre Antônio Bernardo da Encarnação, em data de 21 de agosto de 1831, que por cópia junto a este. Os vinte anos, que depois decorreram, bastaram para consumir essa obra de destruição. Nada há hoje que aproveitar do arquivo dos jesuítas!

Não me sendo possível visitar todos os cartórios, nem compulsar os seus documentos, procurei ao menos notícias de dois processos, de que eu tinha informação, e que por serem de data mais recente, seria mais fácil encontrá-los.

É o primeiro processo entre os jesuítas de Caxias e um criador de gado, sobre questão de limites ou propriedade de terras. Consta destes papéis, segundo me informam, que o lugar, em que hoje se acha fundado Caxias, tinha sido demarcado a um fazendeiro, que ali estabeleceu uma fazenda de criação, em torno da qual se fora aglomerando a população, e com o tempo se criara um arraial, que passou a ser vila e logo depois a cidade. Este processo, que deverá datar de fins do século XVI, será importante pelas circunstâncias, que necessariamente deve especificar da época do estabelecimento, das pessoas ali residentes, dos primeiros jesuítas, que ali entraram, e dos trabalhos relativos à catequese. É certo que a povoação começou pela freguesia de Tresidela, onde ainda hoje se vêem as ruínas da igreja dos padres; todas as patentes de índios conferidas pelos governadores recaíam em pesosas, que habitavam aquele lado, onde também se achava o destacamento militar. *Tresidela* querem alguns que seja corrupção de *Três Aldeias*, e semelhante etimologia parece compadecer-se com a denominação de *Aldeias Altas*, que depois teve Caxias.

No meio das rebeliões por que tem passado esta localidade, seria de supor que tais papéis se extraviaram. Existe na secretaria do governo um ofício daquela câmara datado de 15 de março de 1840, em que se diz que um fulano Antônio José do Couto Pinheiro, por alcunha o Malagueta, da partida dos rebeldes, que se apossaram daquela cidade, estragou livros, papéis, correspondências e tudo o mais, que naquele arquivo encontrou. Nenhuma repartição escapou de tal fúria. Pessoas fidedignas asseveram-me contudo terem visto esse processo no cartório, que era do escrivão Canejo, e que foi de todos o que menos sofreu com a rebelião de 1839. Escrevi sobre este assunto ao Dr. Odorico Antônio de Mesquita, ali residente, e conquanto, ao que ele me responde, tenham sido inúteis as suas primeiras pesquisas, espero da sua diligência melhores resultados.

O outro foi feito a alguns membros da câmara municipal do Maranhão no ano de 1809 ou 1810, pelo então ouvidor Gama, no qual juraram algumas testemunhas que o sangue corra pela rua a jorros, e que houvesse um S. Bartolomeu. E sendo que ninguém visse, nem soubesse de tal, ainda os que pernoitaram na capital, os réus, entre os quais entrava o Bruce, que depois foi presidente da província, foram condenados à pena capital;

e houve votos nos tribunais superiores, para que fosse cumprida a sentença. Também este me não foi possível encontrar no arquivo da relação. É certo que nenhum fruto se podia tirar desta falsidade jurídica; mas quando no futuro aparecesse, e contrariada como deve ser, nenhuma dúvida ofereceria aos que de tal fato se ocupassem. Igualmente infrutíferas foram as minhas visitas à biblioteca pública, cuja história é a seguinte: Foi o Sr. Costa Ferreira, quando deputado, apenas aclamada a independência, o primeiro a aventurar a idéia deste estabelecimento, como a de alguns outros; mas que por então nenhum resultado produziu. Em 1830 o Sr. Araújo Viana, presidente que então era, animado dos melhores desejos pela província, que administrava, e contando com a geral simpatia, que soubera granjear, lembrou-se de formar uma biblioteca, contando de formar o seu núcleo com obras, que recebesse em donativo dos particulares, ou comprando-as com as quantias, porque outros subscrevessem. Os cofres provinciais concorreram também, mas escassamente, e montou-se a biblioteca maranhense. Muitos dos particulares concorreram com obras de valor e somas de dinheiro, enquanto outros, disfarçando a sua má vontade, remeteram volumes traçados e estragados a ponto de que para não danificarem os outros, um dos últimos presidentes ordenou que fossem lançados à praia. Desta maneira muitas obras e algumas delas importantes acham-se truncadas. Para suprir o vácuo que deixara nas estantes esta merceda condenação por ordem do Sr. Antônio Joaquim Gomes do Amaral compraram-se em 1848 alguns livros na importância de 200 \$rs. Mas em falta de uma verba constante, com que se possa ir fazendo novas aquisições e cobrindo os estragos da traça, a biblioteca do Maranhão é menos que estacionária: os seus volumes irão desaparecendo das estantes, e em pouco tempo restará apenas a lembrança da idéia abortada do Sr. Araújo Viana.

Eis a informação que me deu o Sr. Trajano Cândido dos Reis, bibliotecário público.

“Contém atualmente a biblioteca o seguinte; livros bons, 2 691; em estado sofrível, 575; inteiramente estragados 75; ao todo 3 341: dois globos terrestre e celeste e uma esfera armilar. Além disto, contém mais vários objetos de história natural, arrumados em três estantes, uma carta geográfica, compreendendo as províncias das Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, e outra da província do Maranhão.”

O que posso asseverar a V. Ex.^a é que esse estabelecimento está muito abaixo das necessidades da província, sendo muito inferior em escolha de obras a livrarias particulares, muito mais resumidas. Para um estabelecimento desta ordem seria principalmente importante ocupar-se de reunir livros e impressos relativos à província. Ora, há ainda bem pouco tempo, que se começou a fazer coleção dos jornais da capital, e feita ela, terá talvez de perder-se, porque não haverá dinheiro para a sua encadernação. É de certo lastimoso que se haja de recolher e arquivar quantos papelu-

chos saiam da imprensa em forma de jornal, quantas diatribes, quantas proposições ou parvoíces passam pela cabeça dos foliculários; mas é isso preferível, quanto a mim, à incúria ou ao capricho de algum potentado, que tivesse o poder de banir de tais depósitos a folha ou papel, que lhe fosse desairoso. Conta-se de um presidente, que visitando aquela repartição, e deparando com os números de um jornal, que se publicava contra a sua administração, não pôde conter o seu despeito, e deixando-se arrastar a um ato menos digno da sua posição os atirara a praça de uma das janelas do edificio. Verdade é que se não pode obstar, nem que os jornalistas hostilizem aos presidentes, nem que os presidentes se façam justiça por suas próprias mãos.

Além destas publicações contemporâneas, outras há talvez de maior importância, e que fora proveitoso coligir-se. Obras há sobre o Maranhão, que hoje só se poderá encontrar nos grandes mercados da Europa, ou em mãos dos bibliófilos curiosos: tais são as [de] Claude de Abbeville, as do padre Ivres d'Evreux, a Relação Sumária das coisas do Maranhão, de que existe um exemplar na biblioteca do Rio, e um manuscrito sobre a história deste Estado, de que fala Berredo nos seus Anais.

Passo a ocupar-me com a câmara municipal. Sendo o Maranhão em seus princípios a cabeça do estado deste nome, os seus arquivos deveriam conter preciosos documentos desses primeiros tempos; mas experimentando repetidas comoções já da invasão estrangeira, já do gênio turbulento dos seus habitantes, esses documentos desapareceram em todo ou em parte. Quando foi da invasão holandesa em 1642, se me não falha a memória, parece que o destroço foi geral; porque poucos livros restam de antes desse tempo, e esses mesmos truncados. Consta de um acórdão de 18 de janeiro de 1647 que por aquela ocasião se perderam os livros das posturas municipais, e não é de supor, que fossem esses os únicos sacrificados à brutalidade da soldadesca. Em tempos mais próximos, sendo preciso reparar-se a casa da câmara, foram os livros transferidos para uma casa de sobrado, mas de telha vã, e arrumados contra a parede. A umidade e a chuva que lhes caía de uma goteira, arrastando consigo cal e barro da parede danificaram muitos desses papéis, tornando-os empastados, ilegíveis e perdidos. Considere agora V. Ex.^a que pessoas interessadas têm podido arrancar páginas de livros e extraviar volumes, e verá o mal que se tem seguido da nenhuma execução dos decretos de 10 de janeiro de 1825 e 2 de janeiro de 1838, que mandaram recolher à corte, os documentos, que importassem à nossa história.

Achei contudo alguma coisa, que se não é da primeira importância, não se pode sem inconveniente dispensar, quando se queira saber minuciosamente os fatos: tais são as patentes dos governadores e capitães-generais, os regimentos especiais para alguns deles, tais como o de André Vidal de Negreiros, escritos relativos à primeira e segunda expulsão dos padres

da Companhia do Maranhão e depois do rio Negro; a conspiração de Beckman ou Bequimão, como nestes livros se lê, e de algumas particularidades interessantes sobre a moeda da terra, cultura do algodão, açúcar, anil, cacau, baunilha, etc., e em alguns dos acórdãos, indicações sobre certos costumes da província.

Como muitos destes livros, que passam de cem *in-folio*, nada continham que fosse de aproveitar-se, e outros apenas uma ou outra coisa de importância, sendo o mais ou inútil ou peculiarmente relativo à municipalidade, pedi ao Sr. Azeredo que mandasse tirar as cópias constantes da relação junta, o que se fez, evitando-se por esta forma, com algumas folhas de papel, a remessa de volumosos bacamartes. Eu, pela minha parte, extrai também algumas cópias, que juntas a este, remeto a V. Ex.^a. Vão com datas alternativas, porque não encontrei coisa alguma, que me pudesse guiar por uma ordem cronológica: e igualmente remeto uma lista dos governadores, que se sucederam desde 1775 até 1819, e data, em que tomaram posse, e um folheto sobre as festas, que nesta capital tiveram lugar por aclamação da independência.

Mas não sendo possível pela brevidade de tempo fazer todos os extratos precisos, pus de parte doze volumes da câmara e pedi ao atual presidente que os enviasse ao arquivo da corte. Um desses volumes só contém de mais interesse as razões alegadas pelo senado contra a criação do estanco, (Registro de 1675 a 1683 pág. 92), e outro uma relação quase completa do fato da expulsão dos padres, de uma das vezes, em que o foram. (Liv. 4.^o de Acórdãos pág. 86 e seguintes). Os outros compreendem mais variedades de matérias, sendo digno de notar-se o vol. de originais e cartas régias de 1648 a 1798, que é uma preciosa indicação para quem tem de escrever a história da província durante esse século e meio.

Conquanto alguns desses papéis tenham sido transcritos nos Anais de Berredo, não os julguei demais nesse arquivo, já porque deve conter cópias, se não originais, de quantos documentos oficiais de alguma importância se possa coligir, já para confrontá-los com a obra desse historiador, ou porque especificam circunstanciadamente algum fato, que ele nota em poucas palavras.

Passei depois ao arquivo do governo. Os seus papéis estão divididos pelos diferentes ministérios, e estes pelos anos e meses; mas não há índice algum do que se contém em cada maço. Este trabalho foi tentado no tempo do Sr. Franco de Sá, e além do emaçamento que pôs alguma ordem à confusão, em que estava o arquivo, começou — seu índice dos que eram relativos ao Império.

Motivos de mal entendida economia, que era da gratificação, que se dava ao arquivista, aconselharam suspensão do trabalho, quase em princípio, de modo que para as outras repartições e nesta depois de 1831, é preciso

revolver tudo, maço por maço e cada documento em cada maço. Querer-se examinar tudo minuciosamente é trabalho de um ano: contentei-me portanto de os examinar nas épocas notáveis da província, e pedi igualmente ao presidente remetesse a V. Ex.^a os papéis que abandei, e cuja relação sumária vai junta a este. Mas, repito, sem o auxílio dos índices, não sei o que se possa fazer trabalho sem muitas imperfeições ou desperdício de muito tempo.

Do arquivo do Maranhão tirei também alguns papéis relativos ao Pará, que lá não deverão existir, atendendo às violentas comoções por que tem passado a província, — o Piauí, onde não se estende a minha comissão, — e do Ceará, o que pode servir para completar a história da rebelião de 1839.

Iguais remessas terei de fazer de outras províncias. No entanto, permita-me V. Ex.^a dizer-lhe que se é preciso que no arquivo da corte se encontrem todos os esclarecimentos precisos à nossa história, não é justo que as municipalidades e arquivos provinciais sejam despojados de suas preciosidades. Convirá portanto procurar-se algum meio para que não sofram os arquivos provinciais com o engrandecimento do central. Pode no futuro encontrarem-se homens como os Srs. Acíóli e Baena, que na falta de tais depósitos, nada ou muito pouco possam fazer em proveito da história do Brasil.

Por fim, para completar o que faltar da história do Maranhão, dever-se-ia reunir a coleção do *Censor*, que só se poderá encontrar nas mãos de algum curioso, a *Chronica Maranhense* dos anos de 1839 e 1840, que parece ter sido tão útil ao Sr. Magalhães no trabalho, que há tempos apresentou no Instituto sobre esta época da província, e mais todos os impressos que apareceram contra o presidente Bruce e a sua defesa publicada no Rio em 1826, que principia por um esboço dos acontecimentos da província, por ocasião da independência. É um quadro resumido, mas que pouco terá a acrescentar. O processo que se achará no supremo tribunal, me parece que deve ser mais importante do que a defesa, conquanto esta venha acompanhada de grande cópia de documentos.

Deus guarde a V. Ex.^a. S. Luís do Maranhão, 10 de julho de 1851. —

[No texto original, a partir deste ponto, segue-se a relação de documentos e cópias que Gonçalves Dias remetia para o Rio de Janeiro (p. 381-384) e que deixamos de incluir. Consideramos útil, no entanto, não omitir a transcrição do officio do Padre Antônio Bernardo da Encarnação e Silva, bibliotecário público, com que se encerra o relatório de Gonçalves Dias.]

Ilmo. e Exmo. Sr. — Em observância do officio de V. Ex.^a n.º 196, datado em 16 do corrente, fui ao Palácio Episcopal, precedendo inteligência com o Exmo. e Revmo. Sr. Bispo Diocesano, passei a investigar o montão de livros arruinados, pertencentes à livreria do extinto Colégio da Luz dos Religiosos da companhia de Jesus, confiados pela Carta Régia de 11 de junho de 1761 aos cuidados e desvelos dos Exmós. Srs. Bispos desta Diocese.

Não posso, Ilmo. e Exmo. Sr., deixar de lastimar que entre mil volumes, pouco mais ou menos, que de presente existem, apesar dos grandes extravios, se não encontre uma única obra completa, que mereça ser aproveitada, visto o destroço total, em que se acham, não só ocasionado pelo cupim e traça, como pelo abandono, em que os mesmos livros sempre se conservaram, resultando de tudo, que sendo a sobredita livraria em seu princípio de um valor estimável pelas seletas obras dos Santos Padres, expositores, historiadores e clássicos, que a ornaram, hoje desgraçadamente apenas pode prestar o que resta para alimento das chamas. Deus guarde a V. Ex.^a muitos anos. Maranhão, 21 de agosto de 1831. Ilmo. e Exmo. Sr. Cândido José de Araújo Viana, oficial da imperial ordem do cruzeiro, e presidente desta província do Maranhão. — Padre *Antônio Bernardo da Encarnação e Silva*, bibliotecário público.